



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/PF/AC

ANEXO I – TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICADOS A CONTRATAÇÃO

- As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Legislação Urbanística da cidade de Cruzeiro do Sul/AC – Plano Diretor;
- Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
- Instrução Normativa Nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- O prédio atual no qual está alocada a Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC é de propriedade da própria Polícia Federal e vem passando ao longo dos anos por problemas estruturais na fundação.
- A área disponibilizada para estacionamento das viaturas é diminuta; não se dispõe de espaço para guarda de veículo apreendidos e o estacionamento para veículos dos servidores é em área externa à delegacia, sem nenhuma proteção; havendo inclusive vários relatos de carros danificados por pedestres.
- A delegacia não dispõe de alojamento para descanso dos plantonistas.
- A alta demanda de serviço prestado por esta delegacia, localizada em um importante ponto estratégico de combate ao crime organizado, agrava ainda mais a situação de restrição do prédio.
- A circunscrição da Delegacia de Polícia Federal de Cruzeiro do Sul/AC engloba 13 (treze) municípios (Cruzeiro do Sul, Eirunepé/AM, Envira/AM, Feijó, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Tarauacá.), os quais ao todo perfazem uma área de 151.912,70 km². Com exceção dos municípios do Estado do Amazonas e Tarauacá/AC, todos os demais fazem fronteira com a República do Peru.
- Outrossim, destaca-se também o número de aldeias indígenas sob a “responsabilidade” da DPF/CZS/AC (134 aldeias, 12 povos indígenas, num total aproximado de 12.541 indígenas, conforme informação na página da Coordenação Regional do Juruá em Cruzeiro do Sul, acessado em 23/05/2020 - <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-jurua>).
- É o único posto de emissão de passaporte e controle imigratório da região.
- A delegacia necessita de um grande depósito de materiais apreendidos, visto que a região é rota do crime organizado, em específico do tráfico de drogas, provenientes do país vizinho, ocasionando inúmeras apreensões de produtos utilizados em atividades criminosas, além de ser região de desmatamento ilegal, resultando em apreensões de caminhões carregados de toras ou madeiras já beneficiadas.
- Não por outros motivos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública elegeu Cruzeiro do Sul para instalar o Grupo Especial de Fronteira (Gefron) tendo sido o Acre o primeiro Estado da Região Norte a ser contemplado com a implantação do Programa nacional de Segurança nas Fronteiras, o programa VIGIA, que conta com a atuação integrada das instituições de segurança pública do país, incluindo a Polícia Federal.

- É de suma importância para a saúde do servidor e manutenção da plena operacionalidade daqueles que integrarem essa descentralizada que haja um local de treinamento físico.
- Em vista do exposto, configura extremamente necessária a construção de uma nova delegacia para atender com a máxima eficiência às demandas dessa unidade policial de fronteira.
- O quadro técnico próprio da Polícia Federal não possui servidores com expertise na área de projetos, demandando assim a contratação de Empresa de Engenharia e Arquitetura para esta elaboração.
- A adoção da contratação de projetos em plataforma BIM (Building Information Modelling), dá-se, tanto pelo que dispõe os Decretos 9983/19, de 22 de agosto de 2019, e 10.306/2020, de 2 de abril de 2020, quanto pela suas grandes vantagens em: banco de dados único; fácil identificação dos elementos; facilidade de alteração dos projetos; e integração das etapas. Isto causa uma melhor identificação do processo construtivo, gerando menos perdas em obra e diminuindo o risco de erros que venham a gerar aditivos, bem como facilitando o seu uso após a obra e dentro da manutenção predial.
- A Licitação será do tipo Menor Preço, visando captar no mercado empresas com expertise na elaboração do objeto, com adjudicação por preço global.
- A contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

- O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2010/2022, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, no item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição.
- Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior que um dos objetivos institucionais é a otimização do emprego de bens e recursos materiais, de forma a modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização com ações estratégicas em Gestão de obras e Infraestrutura – ampliando suas instalações e modernizando sua infraestrutura, na Gestão de Contratos – acompanhando e controlando sistematicamente a execução dos mesmos; nas compras – orientando, formalizando, executando e gerenciando as atividades de aquisição de bens e serviços, e na Gestão Patrimonial – desenvolvendo, sistematizando e implementando mecanismos de planejamento, padronização, controle e otimização de processos.
- É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o funcionamento correto e adequado dos equipamentos, através de manutenções preventivas e corretivas, protegendo o patrimônio da União;

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A contratação dos serviços tem por objetivo a elaboração de Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC.
- Além da documentação necessária, conforme legislação vigente e edital, a(s) Licitante(s) deverá (ão) apresentar a seguinte documentação complementar:
- Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Atestado de Capacidade Técnica-Operacional devidamente registrado no CREA, feito em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem execução de serviços de projetos executivos em edificações de área mínima de 1.270m² (um mil duzentos e setenta metros quadrados), de projetos das especialidades de: arquitetura e urbanismo, estrutural, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, subestação de entrada de energia elétrica, rede de dados e de comunicação (voz), SPDA, CFTV, PPCI e instalações mecânicas de climatização, todos executados na plataforma BIM (Building Information Modelling).

LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

- A solução viável para contratação do serviço é através de Tomada de Preço - Menor Preço.
- Pretende-se contratar empresa especializada na prestação de serviços de projetos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, que tenha expertise nesse tipo de serviço com profissionais qualificados, dentro das diretrizes a serem traçadas, bem como emprego dos métodos necessários para a boa implementação dos serviços a serem contratados, cujos profissionais desenvolvem atividades extintas ou em extinção nas carreiras da Administração Pública.
- A melhor solução para a contratação dos serviços foi determinada em razão das especificidades.
- Em relação à duração dos futuros contratos, o contrato deverá ter duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, I, da Lei nº 8.666/93 e prever prazo de execução de 06 (seis) meses.
- Em relação à singularidade do serviço, a presente contratação se configura como **serviço não comum de engenharia**.

ESTIMATIVAS DE PREÇOS

- O valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base em planilha proposta pela Caixa Econômica Federal, resultado de estudos, conforme planilha orçamentária, perfazendo o montante de **R\$ 267.064,25 (duzentos e sessenta e sete mil e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de elaborar projetos básicos e executivos, com mão de obra qualificada, além de gerenciar todo o processo para elaboração de Projeto da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC;
- A gestão deverá ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Projeto Básico, anexados ao corpo desse processo administrativo;

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- A atribuição dos serviços em um só processo visa ter eficiência no resultado, uma vez que os projetos se inter-relacionam.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

- As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisam ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo.
- Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e manifestações da Consultoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a aplicação dos programas de governo;
- O contrato a ser firmado visa a atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Acre.

- Nesse contexto, não restam dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim realizar suas atividades institucionais respaldadas em melhores condições físicas e ambientais.

PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

- Para a execução do contrato, não há a necessidade de adequações físicas no prédio do órgão, já que a contratação visa à elaboração de projetos, e não a reforma ou ampliação de uma edificação.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

Rio Branco/AC, 22 de junho de 2020.

MATHEUS KERKHOFF GUANABARA
Eng. Civil - CREA/RS 175633
Agente de Polícia Federal
GTED/SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS KERKHOFF GUANABARA, Agente de Polícia Federal**, em 22/06/2020, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA ARAUJO FIGUEIREDO PEDROSA, Perito(a) Criminal Federal**, em 22/06/2020, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **15104029** e o código CRC **EBE84AE3**.